

**Claudia Castelo,
Miguel Bandeira Jerónimo
(Org.)**

Título original:
*Casa dos Estudantes do Império:
Dinâmicas Coloniais, Conexões Transnacionais*

© os autores dos textos e Edições 70, 2017

Capa de FBA

Depósito Legal n.º 434810/17

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Casa dos Estudantes do Império : dinâmicas coloniais,
conexões transnacionais / org. Cláudia Castelo, Miguel
Bandeira Jerónimo. - (Extra-coleção)
ISBN 978-972-44-1925-1

I – CASTELO, Cláudia, 1970-
II – JERÓNIMO, Miguel Bandeira

CDU 94(469)*1944/1965*(042)

Paginação:
JOÃO JEGUNDO

Impressão e acabamento:
PENTAEDRO, LDA
para
EDIÇÕES 70
em
dezembro de 2017

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, 11 – 3.º C - 1900-221 Lisboa / Portugal
e-mail: geral@edicoes70.pt

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível
de procedimento judicial.

Casa dos Estudantes do Império

**Dinâmicas coloniais,
conexões transnacionais**

BNIS	Biblioteca Norte Sul
N.º de Registo:	22675
Data:	20.01.18
Modo de Aquisição:	ajuda
COIA:	94 CAS 2017
	Laboratório Associado, CES Colégio S. Jerónimo, Av. 3087, 3001-401 Coimbra

70

Para além da memória da Casa dos Estudantes do Império¹

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO

A Casa dos Estudantes do Império foi criada pelo Estado Novo, nos anos quarenta, com o objetivo de formar, na então metrópole, as elites que iriam administrar o império africano português, mas foi também, e sobretudo, um espaço de acolhimento dos jovens africanos que foi dando resposta ao tempo em que foi criado — o final da Segunda Guerra Mundial, a permanência da ditadura portuguesa, o clima de libertação dos anos sessenta e início da formalização dos movimentos de consciencialização e libertação africanos. A Casa foi o espaço em que estas elites das diversas ex-colónias portuguesas, pela primeira vez reunidas, ao virem estudar para a metrópole, reafirmaram ou tomaram consciência da sua condição de diferença em relação aos portugueses europeus. Uma diferença que, através da Casa, foi tomando expressão a partir da cultura e que, a prazo, iria demandar a independência política.

Foram anos de descoberta da terra ausente. E dos seus ansios de mudança. Conversas na Casa dos Estudantes do Império, onde se reunia a juventude vinda de África. Conferências e palestras sobre a realidade nas

¹ Este texto resulta do trabalho desenvolvido pelo projeto *MEMOIRS — Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias*, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato n.º 648624).

colónias. As primeiras leituras de poemas e contos que apontavam para uma ordem diferente. E ali, no centro mesmo do império, Sara descobria a sua diferença cultural em relação aos portugueses. Foi um caminho longo e perturbante. Chegou à conclusão que o batuque ouvido na infância apontava outro rumo, não o do fado português. Que a desejada medicina para todos não se enquadrava com a estrutura colonial, em que uns tinham acesso a tudo e os outros a nada. Que o índice tremendo de mortalidade infantil existente nas colónias, se não era reflexo directo e imediato duma política criminosa, encontrava nela uma agravante e servia os seus objectivos. E demonstrou essas ideias numa palestra que fez com um médico cabo-verdiano, no ano passado. Palestra prudente, com cuidadosa escolha das palavras, que lhe valeu muitos aplausos no fim, mas também uma chamada à Pide, a polícia política, para advertência. Agora tens ficha na Pide, cuidado, avisou Aníbal. Os pais lá em Benguela souberam do caso, por vias que só Deus talvez explicasse. Lá veio a carta, pagamos-te os estudos para seres médica e não para defenderes ideias comunistas. Não ponham adjectivos ridículos, são ideias justas, respondeu ela, sabendo que não os convenceria.²

A longa citação retirada do romance de Pepetela *A Geração da Utopia* dá-nos conta de um percurso de uma estudante africana da Casa dos Estudantes do Império, Sara, que em si epitomiza o processo de consciencialização de uma geração, no seu questionamento privado, traduzido no afastamento e muitas vezes na rutura familiar entre a geração dos pais, formada na ideia do império português e no salazarismo, e as gerações seguintes, que o irão questionar e pôr em causa, e na expressão pública, e portanto política, desse mesmo questionamento. Em Portugal, ao contrário dos outros países europeus, também imperiais, e com estruturas de apoio a estudantes das suas colónias nas respetivas metrópoles — franceses ou ingleses, por exemplo — vivia-se uma ditadura dominada pela figura de Salazar, em que a expressão de uma diferença cultural e política era de imediato posta em causa, vigiada, perseguida e punida. Nesta linha, alguns membros da Casa começaram a ser alvo de uma supervisão apertada, interceptados e presos pela PIDE, que sobre eles e as atividades da Casa escreveu detalhados relatórios dirigidos aos responsáveis do regime, o qual, em 1965, iria decidir encerrar a Casa, poucos anos após a grande fuga dos estudantes de 61, que definitivamente colocava em causa a eficiência da polícia política e do regime. Mas esta «frente» dos movimentos

² PEPETELA, *A Geração da Utopia* (Lisboa: Dom Quixote, 1993), p. 13.

de libertação na capital do império, se assim podemos dizer, estava criada e espalhava-se em Portugal, por entre as malhas da clandestinidade da oposição portuguesa, e por outros espaços, como o Centro de Estudos Africanos, alguns espaços religiosos ou associativos como a Associação Académica, o Orfeão, o Ateneu e as *Repúblicas* de Coimbra ou as associações de estudantes de Lisboa, disseminando-se também no estrangeiro — de Paris à Argélia ou a Itália e muitos outros países europeus, nomeadamente países de Leste, onde os movimentos de libertação clandestinamente se movimentavam por vezes em contacto com oposicionistas portugueses no exílio. Os resultados desta rede ativa e das suas interligações seriam visíveis em múltiplos sectores das lutas pela independência, quer antes do 25 de Abril de 1974 quer depois, nas independências e na construção dos novos países.

Como tal, a história e a memória da Casa fazem parte das memórias individuais dos seus membros e da memória coletiva das lutas de libertação, que constituem a espinha dorsal do novo poder saído das independências. A literatura, o cinema, a historiografia, bem como o próprio associativismo de hoje, que recupera redes antigas e constrói as atuais, vêm contribuindo para o estudo desta importante estrutura nos movimentos de libertação, organizando projetos de investigação, colóquios, encontros, exposições e publicações. Nesta linha, o colóquio de 2015 «Casa dos Estudantes do Império: histórias, percursos, memórias», que teve lugar na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, nos dias 21 a 23 de maio de 2015, foi um espaço de estudo, de debate, memorialização e de prestação e audição de testemunhos. Mas foi também um espaço de avaliação das múltiplas heranças da Casa, nomeadamente a partir dos seus herdeiros mais diretos, os filhos de membros da Casa dos Estudantes do Império. Na mesa que reuniu Fidel Reis, Ricardo Costa, Sandra Monteiro, Francisco Viana e Ana Maria Mesquita, olhamos a Casa, não a partir da memória dos seus protagonistas ou do olhar crítico dos seus estudiosos, mas a partir daquilo a que chamamos «os filhos da Casa», ou seja, aqueles que por razões familiares de parentalidade direta cresceram com as histórias, as personagens e as memórias da Casa, de que os seus pais foram membros. Na primeira abordagem a alguns «filhos da Casa», a estranheza surgiu: «Falar sobre a Casa dos Estudantes do Império? ...Mas foi o meu pai que lá esteve...»; «Eu... sim, os meus pais conheceram-se lá, não sei». A que fui perguntando: «Mas o que é que sabe da Casa?». «Eu... eu não sei nada. Sei que foi muito importante para o meu pai»; «Lá em casa havia sempre amigos que vinham e que eram da Casa, falavam imenso,

discutiam tudo»; «e havia uns papéis, umas fotos antigas»; «Foi um tempo muito duro, mas de grandes aventuras para eles». Estas foram algumas das conversas que tive na abordagem a alguns filhos da Casa, que depois aceitaram participar no colóquio.

Cabe então agora ir ao encontro dessa entidade, ou seja, cabe perguntar quem é um filho da Casa, afinal?³ O «filho da Casa» — ou, genericamente falando, um membro das gerações seguintes a acontecimentos históricos de grande relevância ou situações marcantes para a geração anterior que a viveu, a geração do testemunho — é alguém para o qual a Casa é já, e apenas, uma representação. Não tem a titularidade da experiência nem é autor do testemunho, mas é o herdeiro simbólico de uma memória sobre a qual elabora uma narrativa. Trata-se portanto de um testemunho possível, um testemunho mediado, um «testemunho adotivo»⁴, na aceção de alguns teóricos, construído a partir de fragmentos de narrativas familiares, compostas por conversas, fotografias, livros, cartas, e outros objetos do domínio privado, que constituem uma espécie de «naturezas-mortas» da Casa. E também por fragmentos retirados de narrativas públicas, desde programas culturais como colóquios ou programas de televisão, desde as peças jornalísticas a trabalhos académicos ou artísticos sobre o tema, desde as comemorações às associações, almoços e outros espaços de confraternização de ex-membros. A pós-memória ou a memória de segunda geração surge, assim, como uma herança direta ou indireta de uma experiência individual e coletiva, que, ainda que vivida por outro, teve reflexo na esfera privada ou familiar e, portanto, pode ser assumida como um legado explícito ou mediado e pode ser reelaborada. Marianne Hirsch, que propôs o conceito no seu livro *Family Frames*, publicado em 1997, define pós-memória como «a relação da segunda geração com experiências poderosas, frequentemente traumáticas, que são anteriores ao seu nascimento mas, não obstante lhes foram transmitidas de modo tão profundo que constituem memórias dignas desse nome»⁵. Trata-se portanto de uma visão herdada que oferece aos filhos e descendentes um passado que não tiveram, mas em que também estão incluídos, como argumenta

³ As reflexões sobre pós-memória que a partir daqui são desenvolvidas são devidoras do diálogo e da escrita sobre este assunto que tenho o privilégio de manter com os meus colegas António Sousa Ribeiro e Roberto Vecchi.

⁴ Geoffrey H. HARTMAN, *Minor Prophecies. The Literary Essay in the Culture Wars* (Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1991).

⁵ Marianne HIRSCH, «The Generation of Postmemory», in *Poetics Today*, 29 (1) (2008), pp. 103–128.

Raffaella di Castro, falando a partir da memória de terceira geração do Holocausto, com a qual se identifica, argumentando que a pós-memória não coincide com a memória pessoal, mas funciona, na sua condição de «não experimentado», como uma memória do «quase» ou do «como se»⁶. Como atitude, caracteriza-se pela reinterrogação do passado a partir da dimensão privada, que depois evoluiu para uma dimensão comunitária com o aparecimento de um grupo de pessoas cujas narrativas biográficas apresentam semelhanças, como aconteceu nos anos setenta com a identificação dos filhos do Holocausto, primeiro através de artigos de jornais, depois com narrativas, filmes e estudos académicos, até se tornar hoje em dia um campo fértil de estudos de transmissão intergeracional do trauma. Também o caso dos filhos dos opositores e desaparecidos nas ditaduras da América do Sul se foi desenvolvendo em movimentos iniciais e contemporâneos às ditaduras, como as Mães da Praça de Maio e hoje de associações de filhos como H.I.J.O.S. (Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio), na Argentina ou no Chile, e que têm vindo a ser objeto de estudo e reflexão académica⁷.

Entre as várias questões associadas à pós-memória, coloca-se portanto a dimensão da transmissão, e em particular a da transmissão profunda⁸, que se dá na esfera familiar, e do seu confronto e/ou articulação com o público. Este é um dos pontos críticos que Beatriz Sarlo, historiadora argentina especialista no estudo das ditaduras militares no continente e

⁶ Raffaella DI CASTRO, *Testimoni del non-provato. Ricordare, pensare, immaginare la Shoah nella terza generazione* (Roma: Carocci, 2008).

⁷ As Mães da Praça de Maio (*Madres de Plaza de Mayo*) são mães de filhos desaparecidos ou presos pela ditadura argentina que desde 1976 a 1983 afrontaram a ditadura reunindo-se na Praça de Maio, em Buenos Aires, todas as quintas-feiras, exigindo notícias dos seus filhos. Hoje mantêm os encontros frente à Casa Rosada, mantendo viva a memória do desaparecimento dos seus filhos em todos os argentinos. Em 1994, foi criada a associação H.I.J.O.S. (Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio) na Argentina e posteriormente no Chile. Sobre a pós-memória das ditaduras latino-americanas, ver os estudos de Ana KOS, *The Post-Dictatorship Generation in Argentina, Chile and Uruguay — Collective memory and cultural production* (Londres: Palgrave Macmillan, 2012); Steve J. STERN, *Reckoning with Pinochet — The memory question in democratic Chile, 1989–2006* (Duke University Press, 2010); Susana KAISER, *Postmemories of Terror. A New Generation Copes with the Legacy of the «Dirty War»* (Londres: Palgrave Macmillan, 2006).

⁸ Emily KEIGHTLEY e Michael PICKERING, *The Mnemonic Imagination: Remembering as a Creative Practice* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012).

das suas heranças, tece à definição de pós-memória de Marianne Hirsch⁹. Do seu ponto de vista, o trabalho de Marianne Hirsch, ao sobrevalorizar a dimensão privada, desvaloriza a dimensão política e, portanto, pública, privilegiando assim a emergência da figura da vítima, em contraponto com a de sujeito histórico. Beatriz Sarlo sublinha a importância do «inquerito» realizado pela segunda geração ou pelas gerações seguintes sobre o que levou, no caso das ditaduras, os pais daqueles filhos à situação de prisão ou desaparecimento, o que obriga a contextualizar e a politizar o sujeito e a sua opção política. Deste modo, a pós-memória não é tanto um projeto individual ligado à procura de uma herança e à compreensão de si no espaço privado da família, como sugere Marianne Hirsch, e depois um conjunto coletivo de individuais que se identifica como os filhos do Holocausto; na visão de Beatriz Sarlo, não se trata apenas de se compreender a si, mas também de exercer o «dever da memória», no sentido veiculado por Primo Levi. Quando Primo Levi fala do «dever de memória», fala não apenas da necessidade da passagem do testemunho, de transmissão para as gerações seguintes, mas também da procura e da discussão à volta das razões que levaram a que aquele testemunho, que o dever da memória impõe, fosse possível e articulável. Estamos portanto numa dimensão que vai além da esfera privada e se torna necessariamente comunitária e política¹⁰. É portanto desta relação com a memória que emerge o sujeito da história, o resistente, que, no caso dos filhos, é reconhecido como o progenitor. Todavia, tanto no caso dos filhos do Holocausto como nos filhos das ditaduras latino-americanas, podemos pensar na pós-memória como uma atitude ativa da segunda geração de não colocar um ponto final na história.

⁹ Beatriz SARLO, *Tempo Passado. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva* (São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras e Editora da UFMG, 2007).

¹⁰ Primo LEVI, *O Dever da Memória* (Lisboa: Civilização/Contexto, 1997). No extremo oposto, cabe perguntar: e como lidaram os «filhos de Hitler» com a pesada herança de serem filhos de nazis, na sociedade pós-Segunda Guerra Mundial? Esse foi o trabalho realizado pelo jornalista Gerard L. Posner, publicado sob o título, *Os Filhos de Hitler — filhos de dirigentes do Terceiro Reich falam dos seus pais e de si próprios* (Lisboa: Editorial Notícias, 1996), e o resultado é muito interessante, começando logo pela dificuldade sentida pelo jornalista em identificar os filhos. As referências extremas do Holocausto e do nazismo podem ajudar-nos a pensar no que significará ser-se portador de uma identidade nunca escolhida, mas que inevitavelmente se cola à pele, pois, no fundo, tudo começa pelo nome, com o qual cada descendente carrega uma herança que lhe foi transmitida, seja pelas vítimas seja pelos perpetradores.

Nesta linha de estudos, decorreu de 2007 a 2011, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o projeto *Os Filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações*, que estudou a Guerra Colonial a partir de testemunhos de filhos de ex-combatentes, ou seja, a partir da memória daqueles que não experienciaram diretamente a Guerra Colonial, mas que cresceram mergulhados em narrativas da guerra vivida pela geração dos pais. A abordagem multidisciplinar promovida por uma equipa formada por investigadores ligados aos estudos culturais, psiquiatras e psicólogos proporcionou novos resultados na área e a discussão conceptual crítica de conceitos como memória, pós-memória, testemunho, distúrbio de stress pós-traumático, herança neurobiológica da perturbação do stress pós-traumático e vulnerabilidade ao trauma¹¹. O que nos mostra a pós-memória da Guerra Colonial que estudámos é, justamente, que a Guerra Colonial em África, ainda que, da perspectiva dos filhos, muitas vezes incompreensível, distante e sem justificação plausível, está claramente presente no horizonte desta segunda geração através de mecanismos de reconhecimento estruturados, para usar um conceito desenvolvido por Emily Keightley e Michael Pickering, a partir de uma «imaginação mnemónica». Esta é capaz de gerar narrativas identitárias estruturadas tanto no plano de uma memória privada de âmbito familiar como no plano de uma memória pública, neste último caso, sobretudo, pela via do trabalho crítico de académicos e jornalistas, mas principalmente através de trabalhos artísticos criados pelos filhos a partir da experiência dos pais¹².

¹¹ Este projeto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/ELT/2006), foi desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob coordenação de Margarida Calafate RIBEIRO, com a colaboração dos investigadores António Sousa RIBEIRO (Faculdade de Letras e CES), Roberto VECCHI (Universidade de Bolonha), Luísa SALES (Hospital Militar de Coimbra), Rui Mota CARDOSO (Faculdade de Medicina, Universidade do Porto) e as investigadoras júnior Aida DIAS, Hélia SANTOS, Luciana MOREIRA e Mónica SILVA (CES), bem como Ivone Castro VALE (Faculdade de Medicina, Universidade do Porto). Sobre este projeto, ver os seguintes artigos importantes para as reflexões aqui desenvolvidas: Margarida Calafate RIBEIRO *et al.*, «The children of the Colonial War: post-memory and representations», in Isabel Capelo GIL e Adriana MARTINS, ed., *Plots of War — Modern Narratives of Conflict*, Berlim: De Gruyter, pp. 11–23; Margarida Calafate RIBEIRO e António Sousa RIBEIRO (2013) «Os netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e memória de segunda geração», in *Revista Abril — Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, 5, 11, 2013, pp. 25–36.

¹² Emily KEIGHTLEY e Michael PICKERING, *The Mnemonic Imagination: remembering as a creative practice* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012). «Communi-

É então possível projetar estas experiências privadas para uma dimensão pública? Entramos no âmbito daquilo a que poderíamos chamar «a política das emoções»¹³, procurando saber se é possível uma dialética do reconhecimento e da compaixão suscetível de dialogar com a esfera pública e de gerar memórias tão intensamente vividas ao nível social que se possam designar por pós-memória. Do ponto de vista artístico, a resposta é sim. É justamente essa a intenção do gesto de autor, ou seja, quando o processo de reinterrogação das memórias familiares se faz também pela reescrita artística destas mesmas histórias a partir de um olhar de segunda geração. Como refere Ana Vidigal, uma consagrada artística plástica, filha de um ex-combatente miliciano, numa entrevista que me concedeu, ao comentar a sua obra *Penélope* (2007) — uma colcha composta pelos aerogramas que os seus pais trocaram no tempo da guerra —, dizia-me: «Não foi uma criança de sete anos que fez esta colcha» (que seria a idade que ela teria quando o pai esteve na guerra). Estamos portanto a falar de um longo processo de recolha, interrogação e composição em que a própria memória, o contexto e a reutilização são diferenciados e modificados ao longo do tempo de receção. O processo de reinterrogação, pela geração dos filhos, do passado recente dos seus pais e do seu país implica portanto a adoção e utilização — no caso de palavras, objetos, fotografias — de uma memória familiar e pública rerepresentadas por um herdeiro. Trata-se de um processo de tradução e de reescrita que implica assumir um património comum, e cujo processo implica uma seleção, um arranjo, uma escrita em diferença, a qual, ao mesmo tempo que, pela intertextualidade gerada, reinterroga o «texto inicial», ou seja, o testemunho direto do familiar, o reatualiza noutro contexto e noutra expressão, tornando-o assim importante para a compreensão da história e das suas subjetividades no espaço e no tempo que lhe é contemporâneo.

É importante sublinhar que, no caso dos filhos da Guerra Colonial, como no caso dos filhos da Casa dos Estudantes do Império, na sua maioria, não todos seguramente, os fragmentos que sustentam a construção da pós-memória têm um enquadramento familiar, ou seja, estão conservados em casas de família em que o filho cresceu, ao contrário de outros casos, como, por exemplo, o do Holocausto, o dos filhos de presos

ties of memory and the problem of transmission», in *European Journal of Cultural Studies*, 16 (1) (2013), pp. 115–131.

¹³ Agradeço aqui a reflexão de Roberto Vecchi, a partir de Martha NUSSBAUM, *L'intelligenza delle emozioni* (Bolonha: Il Mulino, 2004).

políticos das ditaduras sul-americanas ou ainda o dos filhos de europeus que, nos processos de descolonização, vieram para a Europa, deixando a casa familiar e muitos outros elementos de identificação, num território distante para sempre memorialmente imaginado. Nestes casos, com referência extrema ao Holocausto, a fragmentação familiar é muitas vezes profunda, tornando-se assim os poucos objetos eventualmente recuperados, como fotografias ou pertences dos antepassados, rastros essenciais para possibilitar a reconstrução das identidades. Esta situação explica de alguma forma a quase obsessão com a rememoração, perante a suspensão da vida a que a destruição do arquivo conduziu. No caso da pós-memória da Casa, o arquivo — as fotografias, os objetos e os próprios protagonistas — estão muito presentes na casa familiar, apesar das movimentações familiares que também ocorreram. O que, muito frequentemente, permite reconstruir uma história sem passar somente pelo testemunho do pai ou da mãe, seja porque esse testemunho não foi pedido seja porque, mesmo quando existe uma narrativa explícita por parte do progenitor, o silêncio sobre as dimensões mais traumáticas da experiência vivida impedem ou adiam a comunicação e a transmissão.

A transferência de memória intergeracional diz portanto, e numa primeira instância, respeito à transmissão familiar, mas é nela que se articula uma relação entre o privado e o público, o que nos leva a uma reflexão sobre os múltiplos elementos do espaço público que interferem, alimentam ou questionam as memórias individuais e familiares. Refiro-me a narrativas veiculadas nas escolas ligadas às políticas educativas, de que destaco os programas e os manuais escolares, às políticas legislativas, ao papel dos *media*¹⁴, aos atos comemorativos, aos discursos oficiais e a outros produtos que constituem a memória oficial, mas também à relevância do campo das artes, do cinema, das expressões visuais e da literatura, no estabelecimento de modos de representação que criam espaços de articulação da memória suscetíveis de serem partilhados, confrontados e enriquecidos. Neste sentido e voltando aos filhos da Casa dos Estudantes do Império que aqui importa de uma forma ainda muito incipiente analisar, livros como *A Geração da Utopia* (1993), de Pepetela, *Os Netos de Norton* (1994), de Orlando Costa¹⁵, o documentário de Diana Andringa

¹⁴ Seria necessário avaliar, por exemplo, o impacto público de um trabalho documental com a excelência da série *A Guerra*, de Joaquim Furtado, apresentada pela RTP de 2007 a 2013.

¹⁵ Orlando COSTA, *Os Netos de Norton* (Porto: Edições Asa, 2004).

Operação Angola: fugir para lutar (2015) ou o filme documentário e de ficção de Rui Simões *A Casa* (2017), para além de, no seu conjunto, se terem constituído como «documentos» de uma geração, são exemplos de como a arte cria um espaço de rearticulação das memórias na sua capacidade de representação e de registo a constituir como património para as gerações seguintes. A afirmação do ator Miguel Hurst, filho de Jorge e Isabel Hurst, participantes na Fuga, no referido documentário de Diana Andringa, descreve todo o processo interrogativo identitário que subjaz à pós-memória e reafirma a sua determinação de não colocar um ponto final na história da Casa e das lutas por parte da geração dos filhos:

O meu nome é Miguel Hurst e tenho duas nacionalidades, uma angolana do meu coração e a portuguesa. Os meus pais são a razão de eu estar aqui à procura de uma história que eu sempre quis saber.¹⁶

¹⁶ Diana ANDRINGA, *Operação Angola: fugir para lutar* (Lisboa: Persona Non Grata Pictures, 2015).

Viagens de textos. Descolonização da Europa¹

MANUELA RIBEIRO SANCHES

As considerações que se seguem centram-se num momento e num lugar particulares, envolvendo alguns protagonistas da Casa dos Estudantes do Império², considerando-se a sua contribuição decisiva para uma descolonização da Europa, projeto ainda por cumprir.

É certo que o «velho continente» já não ocupa — tal como o seu pretense herdeiro, no que tem de pior e de melhor, os EUA — uma posição cimeira em termos geoestratégicos, económicos, financeiros e mesmo «espirituais», o que tanto mais tem vindo a justificar a celebração dos valores civilizacionais do chamado «Ocidente».

Ora, questionar esta herança, precise-se, não tem de equivaler a uma rejeição unilateral dessa tradição, mas antes a que se repense esse legado e o modo como pode ser convocado para pensar o nosso presente e futuro, legado esse, porém, enriquecido, deslocado por outras experiências e apropriações noutros espaços.

¹ Dedico este texto aos meus antigos alunos da Licenciatura em Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em particular ao Núcleo de Estudos e Estudantes Africanos, com quem muito aprendi e que me fez ver a importância dos temas aqui abordados, que com eles discuti durante muitas sessões.

² Grande parte do que a seguir se refere encontra-se de forma mais desenvolvida em Manuela Ribeiro SANCHES, «Lisboa, capital do império. Trânsitos, afiliações, trans/nacionalismos», in Elsa PERALTA e Nuno DOMINGOS, org., *Cidades e Império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*, (Lisboa: Edições 70, 2013), pp. 279–318.